

-----**ATA NÚMERO 2/2018**-----

**REUNIÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA MUNICIPAL DO FUNCHAL,
REALIZADA EM ONZE DE JANEIRO DO ANO DOIS MIL E
DEZOITO.**-----

-----Aos onze dias do mês de janeiro do ano dois mil e dezoito, nesta Cidade do Funchal, Edifício dos Paços do Município e Sala de Reuniões reuniu a Câmara Municipal, pelas dez horas, sob a Presidência do Senhor Presidente, Paulo Alexandre Nascimento Cafôfo, estando presentes o Senhor Vice-Presidente, Miguel Sérgio Camacho Silva Gouveia e os Senhores Vereadores: Rubina Maria Branco Leal Vargas, Jorge Miguel do Vale Fernandes, Idalina Perestrelo Luís, Joana Carolina Oliveira da Silva, Maria Madalena Caetano Sacramento Nunes, Rui Miguel da Silva Barreto, Bruno Ferreira Martins, Elias Rodrigues Homem de Gouveia e João Pedro Mendonça Vieira. A secretariar esteve presente Catarina Isabel Sousa Pereira, Chefe de Divisão do Atendimento e Administração. -

---Estiveram também presentes a Adjunta do Gabinete de Apoio à Presidência e os Adjuntos do Gabinete de Apoio à Vereação Sandra Silva, Sandra Machado, João Beja e Ricardo Alexandre.-----

-----Verificado o quórum, o Senhor Presidente declarou aberta a reunião.-----

APROVAÇÃO DA ATA DA REUNIÃO ANTERIOR: - Foi dispensada a leitura da ata da reunião anterior a qual, previamente distribuída em minuta aos Senhores Vereadores, foi aprovada por unanimidade.-----

-----**PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA**-----

INTERVENÇÃO DA VEREAÇÃO: - Ao iniciar este período, o Senhor Presidente deu a conhecer, no âmbito da Cultura e Acessibilidade, a candidatura da Câmara a um Fundo do Turismo de Portugal, para criação de melhores acessibilidades aos espaços e infraestruturas culturais, candidatura essa que vinha na sequência do que tem sido a política do atual Executivo de democratizar o acesso à cultura, não só de programação de eventos culturais, sendo a agenda do Teatro um exemplo disso, mas também nas instalações culturais da Autarquia de forma a haver uma melhor acessibilidade. “Tivemos uma menção honrosa da Comissão Europeia, como cidade acessível 2017, que serviu como incentivo mas também como responsabilidade para fazer mais e melhor. O Teatro Municipal é a principal casa cultural que necessita de manutenção permanente e temos procurado dar maior conforto aos artistas mas a questão da acessibilidade aos portadores de deficiência tem sido também uma preocupação, e, neste momento, o Teatro possui doze lugares de acesso gratuito para invisuais e quatro para pessoas com mobilidade reduzida. Para os artistas, para além dos camarins terem sido renovados, em termos de acessibilidade para o palco não é o desejável assim como ao Salão Nobre, pelo que estes dois espaços serão alvo de obras para melhoramento das acessibilidades, não esquecendo também outros equipamentos culturais como o Museu do Açúcar e o Museu Henrique e Francisco Franco, sendo que no primeiro será feito o

rebaixamento da entrada e uma intervenção mais acentuada no segundo, quer ao nível dos acessos quer ao nível das casas de banho adaptadas a portadores de deficiência”, disse.-----
-----Outro assunto referido pelo Senhor Presidente foi a realização, no dia anterior, de uma reunião com o Ministro do Ambiente, Secretária de Estado da Habitação e com o Secretário de Estado das Autarquias Locais, cujo tema foi a Habitação, nomeadamente com o intuito de divulgar novos instrumentos e políticas de financiamento para a habitação social. Disse que, nesse sentido, o Prohabita e o PER serão substituídos por um novo programa, denominado o “Primeiro Direito” que terá como cerne a reabilitação de imóveis dos proprietários, aquisição e reabilitação de imóveis para habitação, arrendamento de prédios, bem como a aquisição de terrenos para fins habitacionais, estando a questão da agilização e desburocratização também contempladas nestes novos programas. Informou ainda sobre outro, denominado a “Porta de Entrada”, que estará mais direcionado para situações de urgência ou emergência, estando previsto que aqueles programas estejam no terreno até ao final do primeiro trimestre do corrente ano. “Procuramos dar a nossa opinião com a experiência da aplicação dos programas anteriores, das dificuldades que temos no Município no que diz respeito à habitação, e neste caso concreto, e no mandato anterior, estivemos por conta própria, já que não haviam apoios por parte do Governo da República e falamos em concreto da questão da requalificação dos nossos bairros e o

Programa “Amianto Zero”, que foi feito com o dinheiro do Município. A nossa preocupação é que quem habite numa casa da Câmara não poderá viver em condições piores dos que se encontram em lista de espera, nem muito menos questões relacionadas com a segurança e saúde das pessoas. A reabilitação dos bairros é uma preocupação deste Executivo, no sentido de proporcionar melhores condições para quem ali vive, mas também ter em atenção as carências habitacionais e foi também abordada a questão do novo PDM que abre outras vertentes e oportunidades como a questão da legalização de habitações de génese ilegal e de investimentos que terão de ser feitos ou questões relacionadas com as zonas em risco elevado. Outro aspeto são situações de famílias que, devido a dificuldades socioeconómicas, não tem capacidade para fazer face às rendas e neste aspeto existe o Subsídio Municipal ao Arrendamento com a possibilidade de haver outro complemento a estes agregados familiares. Refiro ainda que, face às necessidades, a Câmara pretende ampliar o parque habitacional e que esta operacionalização, no terreno, se efetive com eficácia, eficiência e sucesso e que as deficiências e lacunas detetadas nos programas anteriores possam ser supridas”, sublinhou.-----

----- - Usando da palavra, o Senhor Vice-Presidente, Miguel Gouveia, e relativamente a uma solicitação do PSD, no sentido de ser realizada uma auditoria à Empresa “FrenteMarFunchal”, esclareceu: “Na passada semana, foi divulgado que se iniciaria um novo procedimento para o novo administrador desta empresa

municipal já que o atual manifestou indisponibilidade para continuar. Relativamente às declarações prestadas pelo PSD e citando as mesmas de que “o facto é que, no mandato do PSD Madeira, a FrenteMarFunchal foi considerada, de uma forma unânime, inclusive pelo próprio anuário dos Municípios Portugueses, como um dos melhores exemplos da gestão dos recursos públicos”, quero referir que, ou existe desconhecimento ou uma tentativa de branqueamento, procedendo à entrega de dois relatórios, resultantes de duas auditorias efetuadas pelo Tribunal de Contas, sendo a primeira de dois mil e dez, onde constam as responsabilidades financeiras sancionatórias e reintegratórias do anterior administrador e ainda outra auditoria de dois mil e dezasseis também com responsabilidades financeiras sancionatórias e reintegratórias, uma delas, estando já este Executivo em funções. Relativamente ao facto do PSD referir que “a empresa chegou a ter resultados positivos de quase 200 mil euros”, quero sublinhar que a Câmara, em 2011, subsidiou a “FrenteMarFunchal” em 340 mil euros, em 2012, 525 mil euros e em 2013, 400 mil euros. Fora isto, ainda existe a capitalização pela Câmara de cerca de um milhão de euros que surgiu na sequência de uma auditoria do Tribunal de Contas e a FrenteMarFunchal continuou com uma dívida de um milhão de euros à entrada do Administrador que agora deixa de exercer. Além destes subsídios e apesar de haver resultados líquidos positivos existiam subsídios à exploração”.

----- - Intervindo o Senhor Vereador Jorge Miguel Fernandes, do PSD, referiu: “Houve transferências no passado o que justifica o investimento feito. Existe um anuário, em 2011, que destacou pela positiva a “FrenteMarFunchal” e em 2012, igualmente com resultados positivos, facto de, apesar do incremento das áreas de negócio, no caso dos parcómetros e a sua gestão não são uma atividade extemporânea, porque a infraestrutura já existe e tem receitas recorrentes com capital a aumentar gradualmente, mas ao nível da operação da atividade da empresa tem vindo a se deteriorar, havendo igualmente a questão levantada do aumento significativo do número de funcionários. Uma auditoria não deve ser mal interpretada. Uma auditoria representa uma certificação e uma verificação de que a situação está em consonância”.-----

----- - Intervindo de novo, o Senhor Vice-Presidente, Miguel Gouveia, disse que a “FrenteMarFunchal”, não realizava investimentos tinha sim despesas correntes, sendo as obras de manutenção sempre da responsabilidade de quem detém o ativo, que no caso era a Câmara. “A “FrenteMarFunchal” faz a gestão corrente e não investimento e, antes de dois mil e dez, se compararmos o número de recursos humanos que havia, à data do antigo Lido, os números atuais são inferiores mesmo com a nova atividade dos parcómetros e não se podem desvirtuar os factos que advêm destes relatórios do Tribunal de Contas imputando responsabilidades claras aos dois últimos administradores do PSD, reintegratórias e sancionatórias”, frisou.-----

----- - Tomando a palavra, a Senhora Vereadora Madalena Nunes, da Confiança, e relativamente ao parque infantil do Canto do Muro, esclareceu que o mesmo fora objeto de obras de requalificação no passado ano e que estaria previsto para o corrente a intervenção ao nível das guardas, acrescentando que no decorrer daquele dia todo o equipamento seria retirado de forma a ter início as obras de requalificação das proteções do campo.-----

----- - Fazendo a sua intervenção, a Senhora Vereadora Joana Silva, do PSD, disse que tendo já sido esclarecidas, pelo Senhor Presidente, algumas questões relacionadas com os novos programas de apoio à habitação, questionava, a propósito de uma entrevista efetuada ao novo administrador da “SocioHabitaFunchal”, sobre a reestruturação total a ser feita na equipa, se a SocioHabitaFunchal terá uns quadros assim tão maus ou se aquela reestruturação se trata de uma purga, referindo ainda o facto do mesmo ter dito que se inteirara das contas e da gestão da empresa numa leitura na diagonal não abonava a seu favor.-----

----- - Intervindo sobre esta questão, a Senhora Vereadora Madalena Nunes, da Confiança, referiu que “a busca da qualidade implica uma avaliação e reavaliação constantes e só assim se consegue servir melhor os munícipes e, por acaso, já no ano passado, com o Dr. Miguel Batista, tínhamos pensado que a forma de trabalhar das equipas nos bairros teria que mudar embora trabalhassem bem mas devido à falta de recursos humanos teriam que funcionar noutra lógica pelo que é natural que uma pessoa

nova pense na empresa e queira reestruturá-la o que não significa despedir toda a gente e recrutar novos elementos. Como sabe, foram abertos concursos para recrutamento de pessoal, precisamente porque as contratações são necessárias e uma empresa que mantém o seu modo de funcionamento por muitos anos acabará por falhar e morrer e sobreviverá se souber reinventar-se e só assim será um organismo vivo e que poderá responder às questões colocadas, porque os problemas sociais que se colocam aos bairros são diferentes e a maneira de pensar será repensada e reestruturada, ouvindo as pessoas de forma a tirar melhor rendimento das mesmas, possibilitando melhor resposta aos nossos inquilinos.”-----

----- - Usando da palavra, o Senhor Vereador Elias Gouveia, do PSD, e relativamente ao estacionamento das viaturas elétricas, disse que existe uma norma europeia no sentido de os isentar, questionando se essa norma estaria a ser executada pela Autarquia e se os funcionários terão conhecimento da mesma.-----

-----Continuando, o Senhor Vereador Elias Gouveia, do PSD, e sobre o acidente ocorrido com a árvore no Monte, no ano passado, referiu que sendo o Senhor Presidente, além da Senhora Vereadora arguidos no processo, existem também técnicos da Autarquia envolvidos no processo. A este propósito, questionou se a Câmara estaria a prestar e/ou disponibilizar apoio jurídico e que era óbvio que deveria ser facultada.-----

-----Por último, o Senhor Vereador Elias Gouveia, do PSD,

questionou o ponto de situação do processo do PDM e se já existiram “timings” para discussão em Assembleia Municipal. Acrescentou que “a nossa perspetiva mantém-se, com muitas dúvidas quanto a algumas questões, nomeadamente a redução da capacidade construtiva que está a causar preocupação em alguns investidores”.-----

----- - Intervindo, o Senhor Vereador Bruno Martins, da Confiança, e, relativamente à isenção dos parcómetros, disse que mandaria averiguar junto dos serviços respetivos. Relativamente ao processo do PDM, informou que fora remetido à DROTA, no dia 29 de dezembro, aguardando a Autarquia resposta até meados de fevereiro. “Como já referido anteriormente, a Câmara teve sempre o cuidado de incluir esta entidade no processo e as suas preocupações e recomendações foram vertidas no documento. Quanto às dúvidas, relembro que a cidade tem novas necessidades e o PDM tem que refletir a nova realidade e a não expansão nalgumas zonas”, frisou.-----

----- - O Senhor Vice-Presidente, Miguel Gouveia, e relativamente à isenção dos estacionamento, referiu que “desde 2009 que havia uma tarifa verde, no âmbito do “Civitas Mimosa” e que concedia isenção total aos automóveis elétricos e 50% aos híbridos. Verificou-se, no entanto, que esta situação não tinha sido transposta para o regulamento e por esse facto não estaria a ser cumprido e, em 2016 foi deliberado, em Assembleia Municipal, esta isenção. Em relação ao apoio jurídico, informo que o

Município está a prestar todo o apoio possível necessário que pode ser concedido nesta fase, porque temos situações pessoais e por ainda se encontrar na fase de inquérito os funcionários podem dispensar o apoio, mas, todos os que pretendam essa ajuda a Autarquia acede para efeitos jurídicos, sendo que não é o Município enquanto organização, que será julgado mas sim pessoas individuais. O Município não pode adiantar a verba para a defesa, só após, se se vier a confirmar que a acusação foi improcedente, é que poderá assumir essas despesas”.-----

----- - Tomando a palavra, a Senhora Vereadora Rubina Leal, do PSD, e em relação às questões de habitação, transmitidas inicialmente pelo Senhor Presidente, disse que aquando da discussão do Orçamento, a Câmara anunciara, através duma notícia de outubro de dois mil e dezasseis, que havia negociado uma verba de vinte e oito (28) milhões para renovação dos bairros sociais através do IRU. Disse que gostaria de saber se essa verba seria a mesma ou outra qualquer que se irá complementar, ao que a Senhora Vereadora Madalena Nunes, da Confiança, esclareceu que “nessa altura o “PER” ainda estava ativo e o “Prohabita” irá ser substituído e estando as questões da habitação a ser encaradas com outra vertente porque os problemas não são só de famílias carenciadas e a nova lógica não é só o social, é sim a habitação social em geral como um primeiro direito mas ainda não sabemos como serão operacionalizadas”.-----

----- - Por sua vez, o Senhor Vice-Presidente, Miguel Gouveia, e

sobre esta questão referiu que, aquando da reunião com o Presidente do IHRU, fora anunciado que existiam dotações disponíveis, dentro do Prohabita e dos empréstimos já existentes, sendo necessário elaborar, primeiro, os projetos e posteriormente submeter as candidaturas e só após aprovação das mesmas, é que seria recebido o dinheiro mediante a fatura.-----

-----Retomando a palavra, a Senhora Vereadora Rubina Leal, do PSD, questionou quais as obras referidas pelo Senhor Presidente, do Programa “Amianto Zero”, realizadas com Orçamento da Câmara, ao que o Senhor Presidente, a este propósito, esclareceu que os moradores do Bairro da Penha de França serão deslocalizados para a nova construção nos Viveiros para que a Autarquia possa intervir no Bairro e do mesmo modo serão realizadas intervenções na Quinta Falcão. Disse que o processo englobava três fases, a de construção, a de realojamento e a de desmantelamento.-----

-----Seguidamente, a Senhora Vereadora Rubina Leal, do PSD, referiu-se a uma notícia relacionada com a intervenção do Chefe de Gabinete do Senhor Presidente da Câmara, em que chamava os deputados à Assembleia Legislativa Regional de “totós”, referindo ainda que “ladravam”, questionando se o Senhor Presidente se revê nestas declarações.-----

----- - Respondendo o Senhor Presidente disse que, por não efetuar comentários às ofensas que lhe são dirigidas na Assembleia Legislativa Regional, não teceria igualmente qualquer comentário a

esta questão.-----

----- - Usando da palavra, o Senhor Vereador Rui Barreto, do CDS/PP, e na sequência da informação prestada no início pelo Senhor Presidente, sobre as questões de habitação, mais concretamente que o PDM iria permitir a legalização das casas de génese ilegal, questionou se fora equacionado um regime especial para que este processo seja simplificado, ao que o Senhor Presidente esclareceu que existem matérias que são transversais a todos os Municípios mas outras que são específicas, que foram afluídas e uma delas seria esta.-----

-----Retomando a palavra, o Senhor Vereador Rui Barreto, do CDS/PP, e em relação aos acontecimentos ocorridos no Monte em agosto passado, disse que todas as atividades e eventos, organizados pela Câmara Municipal ou que carecem de licenciamento por parte desta, obrigavam a um seguro de responsabilidade civil, questionando o Senhor Presidente, se após estes acontecimentos acionara o seguro municipal de responsabilidade civil e se naquele evento e em todos os outros que a Autarquia licencia se verificou a existência dos seguros de responsabilidade civil para aqueles eventos específicos, bem como, se fora prestado algum tipo de apoio jurídico às famílias das vítimas, ao que o Senhor Vice-Presidente, Miguel Gouveia, informou que “o seguro de responsabilidade civil encontrava-se ativo e cobria todos os espaços públicos municipais não carecendo de ativação em qualquer instante, tendo em conta que se

encontrava ativo em permanência, só quando existe um pedido de indemnização por parte do sinistrado se for superior à franquia decorre para o seguro que analisará as circunstâncias do sinistro. Nestas circunstâncias, a Câmara não recebeu nenhum pedido, a título indemnizatório, de responsabilidade civil e no âmbito do inquérito, foi revelado que este se trata de um processo criminal e não prevê indemnizações a título civil. O processo tem que ser desencadeado junto da Câmara que posteriormente procederá à análise dos danos e poderá assumir a despesa até os 500 euros ou enviar para a seguradora se for superior, estando este seguro sempre disponível e em qualquer situação, não sendo necessário acioná-lo”.

-----**ORDEM DO DIA**-----

---Iniciou-se a apreciação dos assuntos constantes da ordem do dia e pela sequência nela prevista:-----

1 - VOTO DE LOUVOR:-----

----- - **Atribuição de Voto de Louvor ao Bombeiro Chefe José**

João de Freitas: - Por proposta do Senhor Presidente, foi presente e aprovado, por unanimidade, o seguinte Voto de Louvor:-----

---“Considerando que: 1. De acordo com o quadro legal em vigor, procedeu-se à nomeação, em regime de substituição, do Bombeiro Subchefe José Cândido Fernandes Minas, para o cargo de Comandante do Corpo de Bombeiros Sapadores do Funchal, tutelado administrativamente por esta Câmara Municipal, e proceder-se-á à abertura de concurso para Comandante no prazo

legalmente estabelecido para o efeito; 2. O Bombeiro Chefe, José João de Freitas, do Corpo de Bombeiros Sapadores do Funchal, exerceu as funções de Comandante Interino do Corpo de Bombeiros durante os últimos três anos, na qualidade de bombeiro com maior antiguidade do quadro ativo; 3. Durante esse tempo, exerceu as funções atribuídas de forma diligente, competente, respeitosa e colaborante, num quadro de atuação de grande complexidade e elevado grau de exigência, colocando sempre em primeiro lugar o superior interesse da Autarquia, dos Bombeiros e, acima de tudo, de todos aqueles que necessitaram de socorro, através dos homens e mulheres que comandou; 4. As características pessoais e a dedicação profissional de José João de Freitas contribuíram decisivamente para a estabilidade necessária num período crucial para o futuro deste Corpo de Bombeiros, atendendo nomeadamente à transição dos Bombeiros Municipais para Corpo de Bombeiros Sapadores, com a qual cooperou decisivamente; 5. A atitude cooperante, a dedicação exclusiva, a responsabilidade e a disponibilidade permanentes, manifestadas durante este período, merecem o reconhecimento desta Autarquia; A Câmara Municipal do Funchal louva o Bombeiro Chefe José João de Freitas pelo seu contributo para o engrandecimento da missão dos Corpos de Bombeiros em geral, e do Corpo de Bombeiros Sapadores do Funchal em particular, durante o exercício das funções de Comandante Interino, numa atuação que o tornou num exemplo para os seus companheiros de profissão e que é inteiramente

merecedora deste louvor público”-----

2 – EMPRESAS MUNICIPAIS:-----

----- - Definição do Perfil do Administrador Único da Frente MarFunchal, Gestão e Exploração de Espaços Públicos e Estacionamento Públicos Urbanos, E.M.: - Presente e aprovada,

por maioria, com abstenção do CDS/PP, a proposta de deliberação, subscrita pela Senhora Vereadora Idalina Perestrelo, da Confiança, que abaixo se transcreve:-----

----“Considerando que: 1. A Frente MarFunchal, Gestão e Exploração de Espaços Públicos e Estacionamento Públicos Urbanos, E.M. (doravante designada por FrenteMarFunchal E.M.) é uma empresa local na qual o Município do Funchal detém a totalidade do capital social e cuja existência jurídica remonta ao ano de 2004; 2. A FrenteMarFunchal E.M. conforme estatuído no artº. 4º dos seus Estatutos tem como objeto social: “1. ... a gestão, administração e conservação dos Complexos Balneares, Praias, Jardins e Passeio Público Marítimo do Município do Funchal...3. ...,a promoção e gestão dos estacionamento públicos urbanos, no concelho do Funchal”. 3. A Assembleia Geral da FrenteMarFunchal E.M., na sua reunião de 17 de janeiro de 2014, designou o Dr. Carlos Jorge dos Ramos Jardim como Administrador Único da FrenteMarFunchal E.M., para um mandato com a duração de quatro anos. 4. Em cumprimento do disposto no nº. 3, artigo 7º., dos Estatutos desta Empresa Local e do estatuído no nº. 1, do artigo 26º., do Regime Jurídico da Atividade Empresarial Local e

das Participações Locais, aprovado pela Lei nº 50/2012, de 31 de agosto e face ao exposto, torna-se urgente e imprescindível assegurar o regular funcionamento da empresa, procedendo-se à designação do Administrador Único da FrenteMarFunchal E.M., competência que está cometida ao representante da Câmara Municipal, na Assembleia Geral desta Empresa Local; 5. Para cumprimento deste desiderato, e, sendo vontade desta Câmara Municipal propor a designação de um administrador que não pertence aos seus órgãos, o qual auferirá remuneração pelas funções a exercer, impõe-se, por via dos nºs 4º e 5º, do artigo 30º. da citada Lei nº. 50/2012, de 31 de agosto, conjugados com o disposto nos nºs. 1 e 2, do artigo 12º., do Decreto-Lei nº. 71/2007, de 27 de março, na sua atual redação, diploma que define o Estatuto de Gestor Público, a prévia definição do perfil, experiência profissional e competências de gestão adequadas às funções do cargo, dos quais deve ser dado conhecimento à Comissão de Recrutamento e Seleção para a Administração Pública (CReSAP), para efeitos de emissão do relatório de avaliação, não vinculativa, do currículo e adequação de competências ao cargo de Administrador Único da FrenteMarFunchal E.M. Nesta conformidade a Câmara Municipal do Funchal, delibera adotar o seguinte perfil para o Administrador Único para a FrenteMarFunchal, E.M.: **1. Liderança:** Maior ou menor capacidade de cada um para influenciar o comportamento e atitude de outras pessoas em contexto organizacional; capacidade

para liderar projetos/programas/organizações de grande dimensão e com elevado grau de complexidade; capacidade para lidar com situações de pressão e com contrariedades de forma adequada e profissional. **2. Colaboração:** Espírito de equipa e capacidade de comunicação interpessoal e dinamismo; capacidade para estabelecer acordos e consensos com pessoas e grupos; **3. Motivação:** O cargo exige que o seu titular valorize fortemente os fatores endógenos (interiores à própria pessoa), tais como o próprio interesse pelos desafios do trabalho e a realização pessoal; capacidade para orientar a sua atividade, respeitando os valores éticos e deontológicos do serviço público. **4. Orientação:** Preocupação com o futuro por oposição ao quotidiano. Em que medida coloca o hoje em função do que deverá ser o amanhã. A visão futura da organização condiciona o seu presente; demonstração de uma linha de continuidade de grande desempenho nas áreas da atividade profissional anterior; visão estratégica, capacidade de planeamento. **5. Orientação para Resultados:** O cargo exige que o seu titular revele forte determinação na obtenção de resultados, metas e objetivos. Energia, urgência na ação, capacidade de desafiar os outros e a si próprio, gerindo adequadamente os conflitos de interesse e tentando chegar a resultados positivos prosseguindo o interesse público. **6. Orientação para o Cidadão e Serviço de Interesse Público:** Compreensão do contexto político das questões relacionadas com o planeamento da prestação pública de serviço

público em contexto transversal. Forte envolvimento na prestação de um serviço de qualidade aos utentes/clientes em particular nos setores onde a organização atua em representação ou por concessão do Estado. **7. Gestão da Mudança e Inovação:** Adaptabilidade e flexibilidade em situações novas não enquadradas; capacidade para diagnosticar necessidades de mudança; capacidade para aderir a novos processos de gestão e de funcionamento e apoiar ativamente a sua implementação; dinamismo e sentido empreendedor com visão compreensiva dos contextos diversos para induzir novas soluções para problemas recorrentes. **8. Sensibilidade Social:** Participação em organizações de cariz social e de intervenção a nível social; capacidade para orientar a sua atividade, respeitando os valores éticos e deontológicos do serviço público. Evidência de integridade e idoneidade pessoal. Capacidade para estabelecer acordos e consensos com pessoas e grupos, gerindo adequadamente os conflitos de interesses e tentando chegar a resultados positivos, prosseguindo o interesse público. **9. Experiência Profissional:** Experiência, mínimo de 5 anos de exercício, em direção/coordenação/chefia de serviços ou no exercício de cargos dirigentes e/ou em órgãos de gestão ou de administração. **10. Formação Académica:** Posse de habilitação académica, no mínimo equivalente ao grau de licenciatura, adequada ao exercício das suas funções. **11. Formação Profissional:** Formação profissional complementar em áreas como organização e/ou gestão, tecnologias

de informação, procedimento administrativo e outras adequada ao exercício das suas funções. **12. Aptidão para o Cargo:** O cargo exige que o seu titular possua conhecimentos sobre o organismo em causa e capacidade para distinguir o essencial do acessório, verificável através da pertinência e razoabilidade das ações principais que pensa desenvolver”.

--- - Relativamente a este assunto, o Senhor Vereador Rui Barreto, do CDS/PP, disse ser de opinião que à semelhança do procedimento para a “SocioHabitaFunchal”, esta é uma responsabilidade e competência da Câmara.

3 - ATRIBUIÇÃO DO DIREITO DE EXPLORAÇÃO:

----- - **Atribuição do Direito de Exploração de espaço localizado à Avenida Sá Carneiro denominado “A Gruta”-**

Aprovação da Minuta do Contrato: - A Câmara deliberou, por unanimidade, aprovar a minuta do contrato relativo à “Atribuição do direito de exploração de espaço localizado à Avenida Sá Carneiro, denominado “A Gruta”, a celebrar com a Sociedade “Meia Serra Restauração”, pelo valor mensal de € 2.010,00 (dois mil e dez euros), acrescido de IVA à taxa legal.

4 - ÁGUAS E SANEAMENTO BÁSICO:

----- - **Pagamento de dívida em prestações:** - Acompanhado da informação da Divisão de Águas e Saneamento Básico - Departamento de Infraestruturas e Equipamentos (datada de 04.01.2018), foi presente o requerimento de Ricardo Nuno Cardoso Bazenga Marques (consumidor n.º 470095), (proc.º 61360/2017),

solicitando o pagamento em prestações da dívida de € 8.181,89 (oito mil cento e oitenta e um euros e oitenta e nove cêntimos), referente ao consumo de água da moradia situada à Travessa Dr. Barreto, número dezasseis, freguesia de São Martinho, tendo a Câmara deliberado, por unanimidade, deferir.-----

5 – PESSOAL:-----

-----**5.1 – Processo de Inquérito:** - Foi deliberado, por unanimidade, arquivar o Processo de Inquérito (nº 9/2016), sobre o vandalismo em viaturas camarárias dos serviços de remoção do Departamento de Ambiente – Divisão de Remoção de Resíduos (interno 2016/12889), nos termos e com os fundamentos do relatório final.-----

-----**5.2 – Processos Disciplinares:** - Em face do processo disciplinar (nº 06/2017), instaurado ao funcionário (número 9290), Bombeiro de 2ª Classe, a exercer funções na Unidade de Bombeiros Municipais, por falta de zelo, obediência e lealdade, a Câmara deliberou, por maioria, com abstenção do PSD e CDS/PP, mediante escrutínio secreto, aplicar a pena de repreensão escrita, nos termos e com os fundamentos do relatório final.-----

----- - Perante o processo disciplinar (nº 07/2017), instaurado ao funcionário (número 10183), Bombeiro de 2ª Classe, a exercer funções na Unidade de Bombeiros Municipais, por falta de zelo, obediência e lealdade, a Câmara deliberou, por maioria, com abstenção do PSD e CDS/PP, mediante escrutínio secreto, aplicar a pena de repreensão escrita, nos termos e com os fundamentos do

relatório final.-----

----- - Em presença do processo disciplinar (nº 08/2017), instaurado ao funcionário (número 10037), Bombeiro de 2ª Classe, a exercer funções na Unidade de Bombeiros Municipais, por falta de zelo, obediência e lealdade, a Câmara deliberou, por maioria, com abstenção do PSD e CDS/PP, mediante escrutínio secreto, aplicar a pena de repreensão escrita, nos termos e com os fundamentos do relatório final.-----

----- - Mediante escrutínio secreto, a Câmara deliberou, por unanimidade, face ao respetivo processo disciplinar (nº 10/2017) instaurado ao funcionário (número 8557), Assistente Operacional (Motorista de Ligeiros), a exercer funções no Departamento de Ambiente – Serviços Técnicos Especiais, por falta de isenção, zelo e obediência, reduzir a pena de noventa (90) dias, conforme proposto no relatório final, para sessenta (60) dias de suspensão efetiva (20 dias de suspensão efetiva, mais 40 dias de suspensão que estavam suspensos por 2 anos), ao abrigo do número quatro do artigo 220º da Lei número trinta e cinco/dois mil e catorze, de vinte de junho, fundamentada na situação socioeconómica do funcionário, que depende do seu salário para a sua subsistência.-----

----- - Face ao processo disciplinar (nº 11/2017), instaurado ao funcionário (número 5125), Assistente Operacional (Conductor de Máquinas Pesadas e Veículos Especiais), a exercer funções no Departamento de Ambiente – Divisão de Remoção de Resíduos, por falta de zelo (omissão de acidente), a Câmara deliberou, por

maioria, com abstenção do PSD, mediante escrutínio secreto, aplicar a pena de trinta (30) dias de suspensão, suspensa por dois anos, nos termos e com os fundamentos do relatório final.-----

----- - Em presença do processo disciplinar (nº 12/2017), instaurado à funcionária (número 7318), Assistente Operacional (Cantoneira de Limpeza), a exercer funções no Departamento de Ambiente - Divisão de Limpeza Urbana, por falta de zelo, assiduidade e pontualidade, a Câmara deliberou, por maioria, com abstenção do PSD, mediante escrutínio secreto, aplicar a pena de repreensão escrita, nos termos e com os fundamentos do relatório final.-----

ENCERRAMENTO: - Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente deu por encerrada a reunião às onze horas e quarenta minutos.-----

De tudo para constar se lavrou a presente ata que eu, Chefe de Divisão de Atendimento e Administração, na qualidade de Secretária, a redigi e subscrevo.-----

Nota: Ata publicitada pelo Edital nº 20/2018, publicada nos locais de estilo.